

# Estado envia à Alesp projeto que cria Olimpíadas do Conhecimento

Proposta busca ampliar participação de estudantes da rede estadual em competições

O Governo de São Paulo encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto de lei que institui o Programa Olimpíadas do Conhecimento SP, iniciativa vinculada à Secretaria da Educação do Estado que busca consolidar as competições acadêmicas como política pública permanente. A proposta tem como objetivo ampliar a participação dos estudantes da rede estadual em olimpíadas científicas e tecnológicas, além de fortalecer o aprendizado com foco na excelência acadêmica e na melhoria dos indicadores educacionais.

O projeto formaliza ações que já vêm sendo realizadas pela rede estadual e que, apenas em 2024 e 2025, mobilizaram mais de 4 milhões de alunos, com cerca de 500 mil estudantes premiados nesse período. A iniciativa é voltada a estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio e busca estimular o desenvolvimento de competên-

cias cognitivas e socioemocionais por meio da cultura científica, do engajamento com desafios acadêmicos e do incentivo à superação individual.

A seleção para participação nas olimpíadas ocorre com base no desempenho escolar dos estudantes. Atualmente, são convidados para competições como a Olimpíada de Matemática das Escolas Estaduais de São Paulo e a Olimpíada Interpreta SP os alunos com melhor desempenho em matemática e língua portuguesa na Prova Paulista, considerando os resultados obtidos ao longo dos primeiros bimestres do ano letivo.

Com a proposta, o Governo pretende institucionalizar esse modelo, garantindo continuidade às ações ao longo dos próximos anos e consolidando uma política estruturada de incentivo ao desempenho acadêmico. A estratégia segue a linha de outros programas educacionais do



Projeto de Lei formaliza ações que mobilizaram mais de 4 milhões de alunos em 2024 e 2025

estado, voltados à ampliação de oportunidades, à recomposição da aprendizagem e ao fortalecimento da trajetória escolar dos estudantes da rede pública.

Além das competições, o programa prevê o fortalecimento das chamadas Escolas Olímpicas e das Aulas Olímpicas, atividades de preparação realizadas no contraturno escolar, muitas vezes aos sábados, com foco no aprofundamento do conhecimento em áreas como matemática e linguagens. Essas iniciativas funcionam como espaços de estímulo ao raciocínio lógico, à interpretação de textos e ao desenvolvimento de habilidades essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas, disciplina e criatividade.

Outro eixo importante do projeto é a oferta de materiais didáticos específicos, apoio pedagógico contínuo e formação para professores, garantindo que as escolas tenham suporte adequa-

do para preparar os estudantes e ampliar o alcance das ações. Também está prevista a valorização dos alunos com melhor desempenho, com mecanismos de reconhecimento ao longo dos ciclos das olimpíadas, incentivando o protagonismo estudantil.

A proposta ainda autoriza a realização de parcerias com instituições públicas e privadas, tanto para apoio técnico quanto pedagógico e financeiro, ampliando o alcance do programa e permitindo sua expansão em diferentes regiões do estado. Essa articulação também abre espaço para novas metodologias de ensino e para a troca de experiências entre diferentes redes e instituições.

Ao transformar as Olimpíadas do Conhecimento em política de Estado, a iniciativa busca não apenas incentivar a participação em competições, mas também criar referências acadêmicas positivas dentro das escolas públicas e estimular uma cultura de

valorização do conhecimento. A proposta reforça a ideia de que o ambiente escolar pode ser um espaço de descoberta de talentos, incentivo ao esforço intelectual e construção de trajetórias educacionais mais ambiciosas.

Agora, o projeto segue para análise dos deputados estaduais. Caso seja aprovado, o programa passa a ter caráter permanente, garantindo continuidade às ações e ampliando o alcance das olimpíadas científicas como ferramenta estratégica de aprendizagem, engajamento e melhoria do desempenho educacional.

A expectativa é que, com a institucionalização do programa, mais estudantes passem a participar das competições ao longo dos próximos anos, ampliando o alcance da iniciativa. A medida também deve contribuir para elevar os índices de desempenho educacional e estimular o interesse dos alunos por áreas do conhecimento estratégicas.

## São Paulo registra um dos menores índices de adolescentes com título de eleitor no país

Tânia Rêgo/Agência Brasil

São Paulo registra um dos menores índices de participação de adolescentes no eleitorado brasileiro, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral compilados pelo Unicef. No estado, apenas 11,7% dos jovens de 16 e 17 anos possuem título de eleitor, percentual bem abaixo da média nacional, que é de cerca de 20,3%.

Em números absolutos, o cenário também chama atenção. São aproximadamente 1,19 milhão de adolescentes nessa faixa etária em São Paulo, mas menos de 139 mil estão aptos a votar. O dado evidencia um desafio significativo para ampliar o engajamento político entre os jovens paulistas, especialmente em um dos estados mais populosos do país.

O voto para adolescentes

de 16 e 17 anos é facultativo no Brasil, o que ajuda a explicar, em parte, a baixa adesão. Ainda assim, especialistas apontam que o índice reduzido reflete também um distanciamento dessa parcela da população em relação à participação política formal.

O contraste é ainda mais evidente quando comparado a estados das regiões Norte e Nordeste, onde a adesão de jovens ao eleitorado é significativamente maior. Em algumas dessas localidades, mais de 30% dos adolescentes já possuem título de eleitor, com destaque para Rondônia, que lidera o ranking nacional.

No cenário nacional, o Brasil conta com cerca de 5,8 milhões de adolescentes entre 16 e 17 anos, mas apenas cerca de 1,8 milhão haviam tirado o tí-



A participação é bem abaixo da média nacional entre jovens

tulo de eleitor até fevereiro. Na prática, isso significa que apenas dois em cada dez jovens estão aptos a votar.

Diante desse cenário, campanhas têm sido intensificadas

para estimular a participação juvenil. O Unicef, em parceria com o TSE, lançou uma mobilização nacional com ações em escolas e nas redes sociais para incentivar os adolescentes a exercerem o

direito ao voto e se envolverem nas decisões que impactam seu futuro.

O prazo para emissão, regularização ou transferência do título de eleitor segue até 6 de maio. A expectativa é que, até lá, mais jovens em São Paulo busquem o documento e ampliem a participação nas próximas eleições, reduzindo a distância em relação à média nacional e fortalecendo o engajamento cívico no estado.

Apesar do cenário atual, especialistas avaliam que há espaço para avanço, especialmente com ações de educação cívica e incentivo ao protagonismo juvenil. A ampliação do acesso à informação e o engajamento nas escolas são apontados como caminhos para aproximar os jovens do processo democrático.